

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



TRADIÇÃO E REVOLUÇÃO

HOMENAGEM A LUÍS REIS TORRAL

VOLUME 29, 2008

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**AS GUERRAS DA RESTAURAÇÃO, ENTRE 1643 E 1665,  
NA CORRESPONDÊNCIA DE FILIPE IV COM  
SOROR MARIA DE JESUS DE ÁGREDA**

Os difíceis tempos vividos pelos reinos de Portugal na sequência da revolta de 1640, perante a expectativa de uma ofensiva militar da coroa espanhola que se antevia poderosa e capaz de ser desencadeada a todo o momento, alongaram-se pelas duas décadas imediatas. Limitadas às regiões fronteiriças traduziram-se as escaramuças em resultados molestos para as populações raianas. Só a partir dos finais da década de 50 se deu a temida ofensiva. Os maus anos das colheitas de cereais, as pandemias e a difícil situação das finanças públicas iam tornando insuportáveis, em pessoas e recursos, os conflitos que a monarquia castelhana se via obrigada a sustentar na Europa com os adversários dos augsburgos, como em mares e fronteiras por onde se estendia o seu extensíssimo império colonial, apesar da cadência das entradas dos galeões carregados de prata americana. No trono desde 1620, Filipe IV confiara a governação às mãos dos validos, de que o mais notado seria Olivares cuja política centralista e despótica apressara as rebeliões de Nápoles, Sicília, Catalunha e Portugal que conduziriam à sua destituição\* <sup>(1)</sup>. Se o conciliábulo de Westefália trouxera, em 1648, a paz, pondo termo

\* Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>(1)</sup> A destituição de Olivares, na sequência das revoltas da Catalunha e Portugal, ocorreu em 1643, após anos de governo autocrático.

à mortífera guerra dos 30 anos, por outro lado, consagrou a hegemonia da França e restituiu à Holanda a plena independência. Dominada, por 1652, a sublevação da Catalunha sempre escorada pelo vizinho francês, Mazarino impusera à Espanha o Tratado dos Pirinéus, sete anos volvidos. Ficava, assim, do lado oriental, o campo livre para dominar o Portugal restaurado que durante a vintena de anos, entretanto passada, se reorganizara e diplomaticamente procurara aliados dos quais o de verdadeira influência foi o inglês que se revelou decisivo. Nada adiantou, porém, em termos militares, a aliança firmada por Espanha, no ano de 1661, com os árabes do norte berberesco que infestavam o Mediterrâneo e a costa atlântica.

É, ao longo desta média duração que se radica o intercâmbio epistolar entre Filipe IV e a mística Maria de Jesus de Ágreda, numa época em que a santidade feminina era, na esteira de Santa Teresa de Ávila e da Monja de Corrión, Luisa de la Ascension, caminho aberto para uma influência social alargada às mais altas esferas do poder<sup>(2)</sup>. A correspondência de religiosos para figuras proeminentes, aliás bastante abundante na época, detecta-se, de sobejo, com assiduidade. O público culto português, eclesiástico e laico, só no século XVIII verdadeiramente conheceu o nome da monja espanhola através da famosa obra *Mística Ciudad de Dios*, traduzida e publicada na era de setecentos em prelos lisboetas<sup>(3)</sup>. De resto, talvez só circulassem de Soror Maria de Ágreda curtas notícias, nos meios devotos sensíveis a estes fenómenos de alta espiritualidade. E de forma alguma saberia da "secreta" correspondência existente entre o monarca e a freirá, em que as conjunturas da beligerância com Portugal tiveram alguma incidência. Nada a estranhar quanto a isto. Real e sem foros de surpresa, a mentalidade coeva era saturada de uma profunda mentalidade providencialista em que desgraças e fracassos, públicos e pessoais, se atribuíam a castigos de Deus pelos pecados dos homens

(2) Cf. Consolación Baranda, "Introducción", in *Maria de Jesús de Ágreda, Correspondencia con Filipe IV. Religión y Razón de Estado*, Madrid, Editorial Castalia, 1991, p. 27. Obra a citar por Baranda.

(3) Há notícia de uma edição de 1715, talvez a primeira em português, da *Mystica Cidade de Deos*. Ver: a edição de 1738, tradução de um devoto, editada em Lisboa, na Oficina de Domingos Gonçalves, 8-XV+340 pp., e outras edições do século XVIII (1747,1766/1767), in A.A. Gonçalves Rodrigues, *A Tradução em Portugal*, I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, nos 808, 986, 1109.

- convergência perfeita de sentimento de culpabilidade com a crise de consciência, esse *patos* religioso do século.

Maria de Jesus de Ágreda nasceu, a 2 de Abril de 1602, no *pueblo* do mesmo nome, pertencente à província de Sória, de família inserida na baixa nobreza<sup>(4)</sup>. Fora uma dos onze filhos do casal, de piedade beata, cuja mãe ela assim descreveu: "Sabia poco leer, com que se consolaba y lloraba tiernamente, porque era inclinada a libros espirituales y a oír sermones"<sup>(5)</sup>. Com dezassete anos, ainda incompletos em 1619, ingressou, acompanhando a irmã e mãe, no convento que esta fundara. Pode dizer-se ter sido meteórica a sua ascensão dentro da comunidade monástica das concepcionistas<sup>(6)</sup>. Embora os biógrafos passem em silêncio a frequência das letras profanas, quanto a estudos e leituras, usufruiu de ciência infusa, dádiva divina a que teve acesso, afirmam os biógrafos, "en grado superior y eminente", pois se "le oyó muchas veces hablar en todo género de ciências", da filosofia à astronomia, da cosmografia à matemática<sup>(7)</sup>.

Recebeu o hábito a 2 de Fevereiro, festa da Apresentação de Nossa Senhora, do ano da graça de 1620, logo iniciando a caminhada na senda da experiência mística: "más de mil veces o corpo arrebatado en arroubes celestiais", por vezes mais que uma vez ao dia<sup>(8)</sup>. Em 1627, era eleita superiora do convento, ainda que sem idade canónica para o ser, mas com dispensa papal a autorizá-lo, no cargo se mantendo até ao fim da vida<sup>(9)</sup>. De imediato, lançou-se na construção de um novo convento, mais amplo, obra que se arrastou por meia dúzia de anos. A partir de então, pode dar livre curso à escrita, compondo um sem número de obras de que a coroa maior assenta na mencionada *Mística Ciudad de Dios*, publicada postumamente em 1670, merecendo, porém, particular relevo uma abundantíssima correspondência, desde pessoas de sangue real ao Núncio em Espanha e futuro Papa Clemente IX,

<sup>(4)</sup> Cf. Baranda, *ob. cit.*, p. 15.

<sup>(5)</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>(6)</sup> *Ibidem*, p. 19. Trata-se da congregação feminina da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, fundada pela religiosa portuguesa Santa Beatriz da Silva, nascida em Ceuta cerca de 1426, e aprovada pelo papa Inocêncio VIII em 1489.

<sup>(7)</sup> *Ibidem*, pp. 19-20.

<sup>(8)</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>(9)</sup> *Ibidem*, p. 25.

ajuntar ainda a um apreciável número de outros destinatários, seculares, eclesiásticos e religiosos da sua ordem monástica. Em destaque, deverá colocar-se, no entanto, a que manteve com seu rei. O início arrancaria aquando da visita de Filipe IV, na altura em jornada para Aragão, ao convento de Ágreda com o propósito de visitar a religiosa, cuja fama de santidade conhecia. O encontro, de certo preparado pelo confessor de Soror Maria de Jesus, Fr. Francisco Andrés da La Torre, nomeado por meados de 1643 membro da Junta de La Concepción<sup>(10)</sup>, ocorreu a 10 de Julho do mesmo ano<sup>(11)</sup>. Pediu-lhe o Soberano orações, pois bem precisava de todo o auxílio divino, dada a marcha que o governo da monarquia tomara. Na verdade, destituído que fora o Conde-Duque de Olivares, viu-se forçado Filipe IV a tomar em mão o rumo da coisa pública, a derrapar para a derrocada<sup>(12)</sup>. Não ficou o pedido régio pelas preces à Providência, uma vez que ordenou que a religiosa lhe escrevesse. Principiou, desta forma, uma extensa troca epistolar que durou até à morte de ambos, sucedida em 1665, com poucos meses de intervalo. Logo à partida, impôs o monarca, no entanto, uma condição: ninguém devia saber que se escreviam. Apesar do óbvio formalismo de que uma correspondência desta natureza acabaria por se revestir, a rigorosa confidencialidade exigida pelo rei, a que a freirã não podia furtar-se, permitia mesmo assim uma abertura e franqueza que só mui circunstanciais prudências coarctariam. Livre ficou a exposição de questões e de estados de espírito, ainda que ao soberano pertencesse a iniciativa e à religiosa a resposta que entendesse adequada. Reconhecem um e outro, honestamente, o que implicava a realidade em que estavam aprisionados: "hablar en la forma" que podiam e "lo permite la distancia"<sup>(13)</sup>. A sinceridade de Filipe IV parece nunca estar em causa, bem como o sobrio estilo que utiliza. Por vezes, acompanham as cartas

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>(11)</sup> *Ibidem*, pp. 30 e 55.

<sup>(12)</sup> *Ibidem*, p. 45. Ignacio Ruiz Rodríguez, na sua documentada biografia sobre Don Juan José de Áustria en la Monarquía Hispánica. Entre la política, el poder y la intriga (Madrid, Editorial Dykinson, 2007), escreve, a p. 21, que, no século XVII, a crise económica seria o principal protagonista da vida espanhola que, em 1619, o Conselho de Castela analisa, atribuindo o lamentável estado do país "a la excesiva presión fiscal, que recaía sobre Castilla, a la despoblación y al abandono de tierras".

<sup>(13)</sup> *Ibidem*, p. 29.

documentos oficiais, para integral inteireza do assunto, encontrando-se, no que respeita a Soror Maria de Jesus, cópia de missivas que escrevia e recebia do Papa e de diplomatas creditados na corte madrilenha. Em pouco mais de duas décadas de acontecimentos cruciais para a monarquia espanhola, trocaram, no decorrer dos anos, para cima de seis centenas de epístolas, em ritmo e número variado. Da parte do monarca, observa Consolación Baranda, há: comentários respeitosos a excursos doutrinários ou conselhos da freirá, acompanhados de propósitos de reforma moral, notícias sobre "el estado de salud de su familia, los problemas en los distintos frentes de guerra, la flota, pestes, revueltas, etc., e insistencia en que los presente ante Dios para pedir su favor"<sup>(14)</sup>. Fora esta a gama de assuntos porque estava convencido, conforme a mentalidade culpabilizadora e providencialista do tempo, "de que sus pecados eran una de las principales causas de los males que azotaban a la sociedad; por ello su conversión dejaba de ser un problema personal para convertirse en un problema político"<sup>14 (15)</sup>. No fundo, desabafos algo freudianos de urna pessoa de consciência sensível, licenciosidade desregrada, insegurança sobre as qualidades necessárias para estar à altura de sua enorme missão de supremo governante, falta de colaboradores em quem confiar - lamentos que, com frequência, traduzem fraquezas e dúvidas. Da parte da religiosa, sobressaía o afecto pelo soberano, o patriotismo acendrado, os pareceres sobre a conjuntura política e militar que a Espanha atravessava, no que mostrava estar bem informada, aliás por notícias de outras vias que lhe chegavam à clausura. Existe, pois, todo um contexto que será preciso ter em conta na leitura descodificada destes textos de inegável importância documental, e não apenas para entendimentos dos meandros da religião e da razão de estado.

Pertinente questão coloca, contudo, a citada autora no preâmbulo da excelente antologia que organizou: - Quais os juízos que os historiadores emitiram sobre Filipe IV e Soror Maria de Jesus de Ágreda, a partir desta epistolografia? E responde, sublinhando a disparidade verificada: "Para unos la monja es una embaucadora que sirve, aunque sea inconscientemente, a los intereses de la facción antiolivarista; para otros es una especie de santa con una asombrosa clarividencia política. En la

<sup>(14)</sup>*Ibidem*, p. 35.

<sup>(15)</sup>*Ibidem*, p. 32.

misma línea unos consideran que actuó como um verdadero valido, que vino a substituir la influencia de Olivares en Felipe IV mientras otros limitan su papel al de amiga y confidente"<sup>(16)</sup>. Se ouvirmos o parecer da própria, Consolación Baranda dirá que a freirá franciscana concepcionista de Agreda é uma correia de transmissão do doutrinarismo político e da mentalidade piedosa do barroco devoto e visionario, com a plena consciência de quem "se sintió llamada por Dios para lograr la restauración de España mediante la conversión del Rey y la reforma de costumbres del reino"<sup>(17)</sup>. O monarca esperava dela que fosse fiel à promessa de lhe falar "con toda claridad como a confesor", pois os reis têm "mucho de ellos, no regiéndooos por las voces del mundo", que nem por isso costumam ser verdadeiras<sup>(18)</sup>.

Foi esta correspondência que despertou a curiosidade de a compulsarmos detidamente à procura da quase certa presença, como de facto veio a suceder, da factualidade decorrente desse longo período conturbado da nação portuguesa, a braços com a consolidação da plena autonomia, recuperada pelo golpe insurreccionista da manhã de 1640. A fonte impressa de que nos servimos é a clássica publicação de Francisco Silvela, *Cartas de Soror Maria de Ágreda a Filipe IV, precedidas de un boquejo historico*, em 2 vols., saídos em 1885 e 1886, com mais de um milhar de páginas e seiscentas e catorze cartas transcritas<sup>(19)</sup>, embora tenhamos conhecimento da edição de C. Seco Serrano, *Cartas de Sor Maria de Jesus de Ágreda y de Filipe IV*, da Biblioteca de Autores Españoles, também em dois tomos<sup>(20)</sup>. Seguimos, a par e passo, a recolha, enquadrando-a na realidade factológica contextuai julgada indispensável. No que à essência da pesquisa interessava, só houve que acompanhar o fio cronológico das missivas, assentando a lupa para o que de mais interessante e significativo se descobrisse. E, dessa marcha analítica, resultou o que se passa a registar.

<sup>TM</sup> *Ibidem*, pp. 29-30.

<sup>(17)</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>(19)</sup> Francisco Vilela, *Cartas de la Venerable Sor Maria de Ágreda y del Señor Rey Felipe IV*, precedidas de un boquejo histórico, 2 vols., Madrid, Suc. de Ribadeneira, 1885-1886, Citaremos por Vilela.

<sup>(20)</sup> C. Seco Serrano, *Cartas de Sor Maria de Jesus de Ágreda y de Felipe IV*, 2 vols., Madrid, B.A.E., 108 e 109, Atlas, 1958.

A primeira referência a Portugal encontrámo-la na carta enviada por Filipe IV, datada de Saragoça a 4 de Outubro de 1643, em que, após reconhecer serem os "castigos y affliciones", que tem padecido e padece, consequência do que ofendeu e ofende a Deus, pede à religiosa que rogue ao Céu para guiar-lhe as acções e os exércitos, a fim de conseguir a acalmia interna "y una paz universal en la Cristandad"<sup>(21)</sup>. O ponto concreto que de imediato toca é o da insurreição portuguesa, com esta alusão: "Por la fronteira de Portugal nos infectan los rebeldes portugueses, obrando contra Dios y contra su Rey natural"<sup>(22)</sup>. Ia-se já a caminho do terceiro ano da ofensiva espanhola na linha fronteira de cem léguas desde o Minho e Trás-os-Montes ao Alentejo e Algarve. O governador castelhano da Praça de Badajoz, Marquês de Toral, iniciara o ataque às imediações de Eivas, a 9 de Junho de 1641, e pressões militares idênticas, de parte a parte, se faziam de norte a sul, mas sempre com maior incidência na linha alentejana<sup>(23)</sup>. Débeis eram os efectivos portugueses: faltavam homens, armamento, apoio logístico, fortificações capazes, dinheiro. O país mobilizava-se, porém, com os pregadores a sensibilizar o patriotismo<sup>(24)</sup> e D. João IV a deslocar-se a zonas de combate<sup>(25)</sup>. Principiaram a chegar a Portugal, em 1641, mercenários estrangeiros, oficiais e soldados experimentados, franceses e holandeses<sup>(26)</sup>, ainda que em restrito número. Os combates traduziam-se em escaramuças e razias espalhadas por campos e povoados, roubos de gado e cereais, incêndios de searas, sortidas a praças fortificadas. No fundo, acções ofensivas e defensivas, em estratégias de intimidação e desgaste. A espionagem campeava<sup>(27)</sup>. Em Junho de 1643, e a carta de Filipe IV de 4 de Outubro reflecte-o,

<sup>(21)</sup>Cf. Baranda, *ob. cit.*, p. 57.

<sup>(22)</sup>*Ibidem*.

<sup>(23)</sup>Cf. Gabriel do Espírito Santo, *Batalhas da História de Portugal. Restauração*, Matosinhos, QuidNovi, 2006, pp. 63-64.

<sup>(24)</sup>Ver João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*, Porto, INIC-CHFL, 1989, pp. 70-77 e 97-178.

<sup>(25)</sup>Cf. Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, II, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, p. 120.

<sup>(26)</sup>Cf. Gabriel do Espírito Santo, *ob. cit.*, p. 63.

<sup>(27)</sup>Ver Fernando Cortés Cortés, *Espionagem e Contra-Espionagem numa Guerra Peninsular 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, 93+2, pp..



houve ataques portugueses a Salvaterra da Galiza e celebrou-se a conquista de Valverde, na Extremadura espanhola<sup>(28)</sup>. Apenas, na carta de 26 de Junho de 1647, se encontra a menção a um português, Gregorio de Brito, governador da cidade de Lérida, na Catalunha, que se batera heroicamente durante o cerco das tropas francesas de Condé que acabou por ter de levantá-lo<sup>(29)</sup>. No entanto, Portugal obtivera a primeira vitória significativa na metrópole, quando, a 26 de Maio de 1644, Mafias de Albuquerque desfeiteou o exército espanhol capitaneado pelo Barão de Nothingen, na batalha do Montijo, na Extremadura espanhola<sup>(30)</sup>. O equilíbrio entre incursão agressiva e resposta defensiva e retaliadora manteve-se, até 1657, ao longo das fronteiras mais vulneráveis, com alternância de vítimas e danos materiais e ataques estratégicos. Situação que se depara na correspondência. Assim, a 17 de Abril de 1648, o rei escreve: "Los portugueses hacen daño en Castilla, pero quiso Dios que no saliesen con ello y que perdiesen alguna gente"<sup>(31)</sup>. Acontecera que, depois de sitiarem Alcântara, a tropa lusitana fizera uma *correría* - o termo recorda o fossado medié vico - por Montijo e Puebla, levando 14.000 cabeças de gado. Saíram-lhes, ao caminho, porém, os espanhóis de Badajoz, destroçando-os, a ponto de obrigá-los à pressa a levantar o cerco posto a Alcântara. A freirá, ao comentar esta informação, responde: "grande es la crueldad de los portugueses, pues perseveran en su tirania injusta: he alabado al Señor porque los detuvo en lo que intataban contra Castilla"<sup>(32)</sup>. Meses adiante, a 10 de Julho, a religiosa recorda ao soberano a doutrina teológica acerca dos conflitos armados entre os reinos cristãos. Para tranquilidade de sua consciência, bastaria ter presente que "las guerras entre príncipes cristianos sempre son injustas de la una parte; en los presentes las guerras de su Corona [...] son justas, pues quiere paces y no las admiten, y defiende V.M. lo que es suyo en propiedad, porque se lo quieren quitar; pues consuélase V.M. de que la justicia está de su parte, y crea V.M. que la injusticia de los reyes es dificultosa de satisfacer, pues la ley de Dios es la misma para los monarcas y principes que para los demaz fieles de la Iglesia;

<sup>(28)</sup>Cf. Baranda, *ob. cit.*, p. 57.

<sup>(29)</sup>Cf. Vilela, I, p. 223.

<sup>(30)</sup> Ver Conde da Ericeira, *ob. cit.*, pp. 56-69.

<sup>(31)</sup>Cf. Vilela, I, p. 294.

<sup>m</sup> *Ibidem*, carta de 17.04.1648, p. 296.

los obliga el precepto de no codiciar ni usurpar lo ajeno, y se le tomaren, deben restituírle ó condenarse"<sup>(33)</sup>.

Com o tratado de Westefália de 1648 nada se alterou. De registrar será, todavia, que, desde 1650, a esquadra inglesa mantinha o porto de Lisboa bloqueado. Na carta de 10 de Junho de 1656, refere Filipe IV que a acção da mesma se estende às costas de Portugal, mas ele tem confiança que Deus lhe havia de defender os reinos, "como he hecho hasta ahora", embora os inimigos os ameacem por todo o lado e escasseiem os remédios humanos<sup>(34)</sup>. Entretanto, a 6 de Novembro desse ano, morre D. João IV, tendo o príncipe herdeiro D. Teodósio falecido três anos antes, a 15 de Maio de 1653. Ao facto, o monarca filipino apenas se refere na carta de 30 de Dezembro nestes termos: "Juzgo que habrá llegado por allá noticia de la muerte del Duque de Braganza; y como por ella, por ser pequeño su hijo, há quedado aquel reino en cinco personas, se ere que há de haber disensiones, y que algunos bien afectos desean sacar la cara si vieren fuerzas nuestras que les den calor; y siendo la ocasión tan oportuna y la materia tan importante, deseo hacer algún esfuerzo para ver qué da de sí el negocio. Mas como los medios humanos son tan cortos debemos acudir á los divinos, y así os pido que ayudéis á pedir á nuestro Señor que nos asista así a esto como en todo los demás, y se duela destes reinos y de nosotros: El sea bendito"<sup>(35)</sup>. Natural seria que semelhante nova entusiasmasse o patriótico fervor de Soror Maria de Jesus, até porque, para si como espanhola, o motivo era de sobejo legítimo. A missiva de 3 de Fevereiro dá-nos conta dessa predisposição: "Ya llegó á mi noticia la muerte del duque de Braganza y me he alegrado saber el estado de aquel Reino: y quedando su gobierno entre tantas personas, difícil y aún imposible será conservarse, que muchas cabezas es monstruo de un cuerpo político. Y habiendo algunos afectos á la Corona de V.M., prudente providencia fuera ayudarles, y V.M. hará muy bien en intentar el esfuerzo que me insinúa; Y yo le ofrezco à V.M. concurrir de mi parte con frecuentes clamores al Altísimo por causa tan justa y necesaria, y no olvidaré la sucesión, qui es la primera petición de mi cuidado"<sup>(36)</sup>.

*w Ibidem*, p. 314.

*MIbidem*, II, p. 435.

*m Ibidem*, p. 460.

<sup>(36)</sup>*Ibidem*, p. 463.

Sem descendência varonil legítima, Filipe IV também se devia preocupar com tão delicado problema que implicava, de resto, a estabilidade da coroa<sup>(37)</sup>. A expectativa, porém, do que sucederia em Portugal após o falecimento de D. João IV era óbvia. A Espanha via reforçar a oportunidade de intensificar frentes divisionistas, juntamente com o reforço de maior ofensiva nas fronteiras terrestres. E continuava a luta aos altivos "bajeles de Inglaterra", desde a costa do Cabo Finisterra à entrada do Mediterrâneo, que tinham como presa as frotas que do ultramar se aguardavam. Reconhecia, contudo, o soberano, que "los medios son cortos para tan grande máquina"<sup>(38)</sup>. Na carta de 13 de Março de 1657, escrevia: "Con todo eso, se procura disponer recomenzar à obrar el mês que viene contra Portugal"<sup>(39)</sup>. A religiosa faz-lhe, no entanto, como sucede a 8 de Abril, as habituais recomendações sobre a moralidade no exército e a importância de os militares recorrerem ao sacramento da penitência: "Lo [ataque] de Portugal me da cuidado, y sería menester fuese el ejersito bastante, por si los que han dado esperanzas de adentro de ayudarnos, no las cumpliesen. Mande V.M. que los soldados no lleven mujeres y los obliguen á Dios confésandose, que estas son las mayores fuerzas"<sup>(40)</sup>.

Daqui para adiante, as referências a esta guerra aumentam de frequência com informações idênticas às que se liam nas gazetas e folhas volantes que circulavam na Península e na Europa impressas nos prelos

<sup>(37)</sup> Teve Filipe IV dos seus dois matrimónios 12 filhos legítimos, de que sobreviveram: Maria Teresa (1638) que casou, em 1660, com Luís XIV, Margarida Maria (1651) esposa do imperador da Alemanha, Leopoldo (1666), e o futuro Carlos II (1661-1700), dado ter logo falecido Filipe Próspero, descendente que teve da rainha Mariana de Áustria. Dos vários ilegítimos, destaque-se D. Juan José de Áustria. O príncipe Baltazar Carlos, herdeiro do trono, falecera a 9 de Outubro de 1646. A série de mortes da família real que, entretanto, sucediam, como a da irmã Maria, casada com o imperador da Alemanha, ocorrida a 13 de Maio do mesmo ano, deixara o monarca em grande tristeza e depressão. A da sua primeira consorte, a rainha D. Isabel Bourbon, filha de Henrique IV, sucedera a 10 de Outubro de 1644. Filipe IV sentiu-a profundamente, pois representava para si uma esposa, uma conselheira, uma amiga. Se não morri de dor, disse na altura, é porque devo ser de bronze. Cf. Joseph Perez, *Histoire d'Espagne*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1996, p. 249.

<sup>(38)</sup> Carta de 27.02.1657, in *Vilela*, II, p. 465.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 469.

<sup>w</sup> *Ibidem*, p. 472.

que nas cidades com maior poder económico se instalavam em crescente ritmo. E não se deixa de reconhecer também a necessidade da colaboração interna pró-castelhana, se bem a conjecturasse incerta.

Naquele corrente ano e mês de 1657, as tropas espanholas sitiavam o forte baluarte de Olivença que Filipe IV, como escreve a 18, reconhece ser "plaza de consideración y de harto beneficio para nosotros si la tomamos", pormenorizando: "Háse juntando un razonable ejército, pues consiste en doce mil infantes y cuatro mil caballos; con que si los naturales quisieren hacer lo que deben, hallarán espaldas para ejecutarlo, pero yo espero poco de ellos; solo espero en la razón y ayuda divina". Lá como cá, nestas emergências, o apelo ás preces públicas e à morigeação das licenciosidades dos exércitos em campanha era o meio de que se lançava pregão para atrair o divino auxilio, apesar de, contraditoriamente, ambos os lados considerarem, de resto, "justa la empresa que se intenta". Acrescentava: "y para facilitar más su auxilio [de Deus] he mandado que se hagan oraciones en todas partes, y ordenaré con aprieto á los cabos del ejército que echen las mujeres de mala vida y procuren evitar las ofensas de Dios, pues esto es lo principal para conseguir lo que se desea"<sup>(41)</sup>. Decisões estas que, na resposta de 12 de Maio, a freiría aprova e louva<sup>(42)</sup>. Dias volvidos, a 22 do mesmo mês, o monarca envia-lhe circunstanciada missiva em que ressalta o esperado sucesso: "En Portugal se sigue el sitio de Olivenza desde 14 del pasado hasta 10 de este hicieron pouca defensa los de adentro, y aquel dia, despues de haver tenido á la vista su ejército en número de 9.000 infantes y 3.000 caballos con demonstraciones de querer socorrer la plaza, viendo que se retiraban sin intentarlo, trato su gobernador de rendirla para lo cual se empezó á capitular; pero fueron tales capitulaciones que pedían, que se conoció era estratagemas y no fuera rendirla plaza, con lo cual se volvió á los ataques; y en cartas de 16 de éste me avisan que habíamos ocupado algunos puestos que facilitan la empresa aunque con pérdida de alguna gente y lucida. Tiéneme con tanto cuidado el suceso, por juzgarle dudoso, que me aflije; y como sería de grande importancia su buen fin, se deja desear más; pero fio en Dios que pues la causa es tan suya, nos la ha de dar muy favorable y castigar la perfidia de estos rebeldes, pues están obstinados en su traición, y no

<sup>m</sup> *Ibidem*, pp. 474-475.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 480.

ha habido hombre de mediana, poca ó mucha calidad, que se haja pasado á mi servicio con tener á la frontera ejércitos míos tan considerables, á cuja sambra lo podían haber hecho con toda seguridad. Pedid á nuestro Señor que les abra los ojos y permita que este Reino se vuelva a unir con esta Corona, y que nos asista y ajud en todas partes, para que esta Monarquía no llegue á padecer la ruina que le amenaza, si bien en todo me conformaré siempre con su santa voluntad.<sup>(43)</sup> Outra atitude não seria de aguardar por parte de Soror Maria de Jesus que não fosse a de perfeito regozijo e de atribuí-lo ao Onnipotente merecedor de todas as graças, facto que permitia esperar "que, con prósperos sucessos nuestros y adversos suyos, abra Dios los ojos de los portugueses y les quebrante su dureza"<sup>(44)</sup> \*.

A guerra recrudescer na Flandres e na Catalunha onde o cerco a Urgel não resultou. Na região do Alentejo, as tropas espanholas acumulavam vitórias. Ao êxito da tomada de Olivença juntou-se a queda da vila fortificada de Mourão, como o soberano informa a religiosa de Ágreda, na carta de 25 de Junho de 1657, pedindo orações para que Deus vergue os corações dos portugueses e "restituya aquel Reino à esta Corona"<sup>(45)</sup>. A freira, a 6 do mês seguinte, encoraja o rei a prosseguir a ofensiva, porque combate "contra os inimigos de la Santa Iglesia, turcos y herejes", e mesmo contra príncipes cristãos, mas com a vantagem de o reino espanhol professar a fé mais pura e ser o povo eleito, pelo que o Altíssimo tinha obrigação de defendê-los, pois combatiam em favor da sua causa e "los enemigos del inferno"<sup>(46)</sup>.

A força do verão traz vagas de calor tão intensas que a campanha no Alentejo tem de ser suspensa o que permitiria, escreve o rei a 16 de Julho, ver "el estado en que están las cosas para conforme à ello resolver lo que se ubiere de executar"<sup>(47)</sup>. Em Novembro, a situação principia a inverter-se para as armas lusas com a reconquista de Mourão que, reconhece Filipe IV, é, ruidosamente, celebrada<sup>(48)</sup>. A religiosa, a 1 de Dezembro, mostra-se por sua vez penalizada com esta perda e endossa tal euforia à má consciência dos que se sentem com "poca raçon y

*w Ibidem*, pp. 479-480.

<sup>(44)</sup> Carta de 20.06.1657

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 484.

<sup>(46)</sup> *Ibidem*, p. 486.

*w Ibidem*, p. 489.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 504.

justicia"<sup>(49)</sup> \*. Meses volvidos, em carta de 14 de Junho de 1658, o monarca espanhol, apreensivo, informa a sua correspondente que os portugueses davam mostras de sair da acalmia, pois "han juntado ejército y están para empezar à obrar contra nosotros, cosa que aumenta el cuidado, pues cualquier invasión que hiciesen en Extremadura sería muy sensible em todo o reino."<sup>(50)</sup> Ao apertar o estio de 1658, o soberano, a 2 de Julho, escreve que os portugueses se aproximaram de Badajoz para sitiá-la, acrescentando: "Han intentado com harto grueso ejército, y desde 12 passado à sua vista, batiendo la ciudad y procurando ocupar um fuerte de importância para su defensa; pero no lo han conseguido, antes se há muerto gente, y como no han cerrado la ciudad hemos tenido tiempo para introducir en ella lo necesario par a su defensa, con que espero en Dios que si persisten en su intento no han de salir con el"<sup>(51)</sup>. A 30 do dito mês, afigura-se-lhe que o intuito dos sitiantes é provocar pela fome a rendição da praça. E comunica à freirá: "Los portugueses nos van poniendo en gran cuidado, pues han pasado ya de esta parte del rio y tomado unos puestos que con muy presto à Badajoz; y aunque dentro hay lo suficiente para la defensa, tenemos muy atrasado el socorro y sin él no hay plaza que resista, pero como importa tanto la conservación de ésta, se está ajustando à gran priesa do necesario para su socorro". Acrescenta que mandou avançar com esse fim D. Luís Haro e ele próprio pensa mesmo segui-lo, "pues importa tanto la conservación de Badajoz" que se devem empregar todos os meios para segurá-la, pois a sua perda "sería herida mortal e en corazón de Castilla"<sup>(52)</sup>. Soror Maria confessa, a 9 de Agosto, haver ficado angustiada com tais notícias, pelo que redobrou orações e "particulares ejercicios", ordenando à comunidade que fizesse procissões<sup>(53)</sup>. Nas cartas de 10 Setembro e 13 de Outubro, o rei fala da aproximação do exército de socorro de D. Luís de Haro, da morte de Cromwell, que a ninguém a desejava tanto, e do ataque a Monção que, a ter sucesso, seria uma boa ajuda<sup>(54)</sup>. A pressão do exército espanhol sobre Badajoz levou os

<sup>(49)</sup> *Ibidem*, p. 508.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 529.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 534.

<sup>(52)</sup> *Ibidem*, pp. 540-541.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 544.

<sup>(54)</sup> *Ibidem*, pp. 547 e 551. Luiz Méndes de Haro y Gusmán (1598-1661) era sobrinho do Conde-Duque de Olivares e substituiu-o, embora não formalmente,

portugueses a retirarem da praça sem que houvesse derramamento de sangue, como o monarca informa na carta de 6 de Novembro de 1658, anunciando a entrada de D. Luís Haro em terra lusa. O propósito era "Ver se alguna vila" se voltava para Castela, "pêro nadie se movió", acrescentando: "conque después de haber hecho algún daño en el país volvió a sitiar á Elvas, que es más fuerte é importante plaza de aquel Reino. Su intento es rendirle por hambre, por entender hay dentro mucha gente y poco que comer. La empresa es grande y de suma importancia para la conquista de Portugal; pero dificultosa, y el tiempo no ajuda [...]"<sup>(55)</sup>. Esta operação em tempo invernososo era, na verdade, difícil e de sucesso incerto. A 11 de Dezembro, Filipe IV reconhece que "las grandes aguas que ha havido allí han aumentado los trabajos del sitio y del ejército [...]"<sup>(56)</sup>. Adianta que a conquista de "esta plaza facilitará mucho la reducción de Portugal". Tanto mais, acrescenta, que "va caminando por Galicia el sitio de Monzao, com esperanza de buen sucesso"<sup>(57)</sup>. Ao que a monja responde, a 27 de Dezembro, que o seu grande desejo é "ver á los portugueses rendidos y humilhados"<sup>(58)</sup>. A expectativa converteu-se em profunda decepção. Em 2 de Janeiro de 1659, Filipe IV confessava a derrota: "No quiso Dios que se lograrse tanto como se há trabajado y gastado en la empresa de Elvas, al parecer tan justa y contra rebeldes e tiranos; pues quando teníamos superado y a las mayores dificultades y con esperanzas de coger presto el fruto de lo que se habia trabajado permitió nuestro Señor que el martes á 14 de este nos acometiesse el enemigo con tan buena dicha que nos derroto y socorrió la plaza. Suceso que ha sido de gran dolor para mi, no tanto por el mismo quanto por sus circunstancias". No seu sentir providencialista, tudo isto se devia aos justos juízos de Deus que estava a aplicar o seu "azote" aos pecados cometidos, pelo que pede a intercessão da religiosa, a fim de não permitir que a "Monarquia se vea tan afligida"<sup>(59)</sup>. Em carta de 30 de

no cargo de valido, passando em 1659 a ser nomeado primeiro-ministro da coroa espanhola. Interveio no diferendo e guerra com Portugal pelo que é com frequência referido.

<sup>(55)</sup>*Ibidem*, p. 556.

<sup>(56)</sup>*Ibidem*, p. 559.

<sup>(57)</sup>*Ibidem*, p. 560.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 562.

<sup>m</sup> *Ibidem*, pp. 562-563.

Janeiro de 1659, Soror Maria de Ágreda mostra-se desolada pelo insucesso de Eivas "y admirada de que tan grandes medios humanos se hayan malogrado y que tantos divinos no los haya oido el Altísimo, porque se han hecho grandes clamores en todas las partes, repetidas peticiones y sufrágios, de que se infiere es castigo de Dios". E, sem emenda, nada de melhor se poderá esperar. Por isso, pede ao Céu que outra sorte haja em Monção, ainda que o "enemigo es cruel y tenaz, y há sido y será necesario" vencer esta resistência "y su soberbia e intentos"<sup>(60)</sup>. As operações militares no norte de Portugal pareciam caminhar de feição, pois a freiría, a 14 de Março de 1659, alegra-se com a conquista desta vila minhota<sup>(61)</sup>. A carta de Filipe IV, dez dias volvidos, junta ao anúncio do sucesso a recuperação, com ajuda dos galegos, de Salvaterra, "que es plaza fuerte" e importante, e mais a conquista de trinta localidades portuguesas, bom augúrio para o regresso deste reino ao domínio castelhano<sup>(62)</sup>. Acrescenta que, apesar das conversações em curso para a paz na Europa, o seu pessimismo acerca da vontade do Papa em encorajá-la é grande, pois o sente pessoa mais de palavras do que de acções. E conclui que levou, secretamente e por pessoa de confiança, à corte francesa a oferta da mão da filha em casamento a Luís XIV, com o ajuste de "algunos quantos puntos a considerar". Receia, porém, que o Cardeal Mazzarino "desbarate" a proposta "por sus fines particulares"<sup>(63)</sup>.

Ao responder ao monarca, a 11 de Abril de 1659, a religiosa suplica-lhe que procure a paz. O estado "de la Cristindad es miserable, terrible y afligido, porque sus reys y príncipes están encendiados" em guerras com a França, composta de cristãos e hereges, e valem-se destes e outros meios ilícios para oprimir os pobres católicos. Mais adianta: "El estado eclesiástico, como está acomodado" e "goza de sus rentas pacificamente, no conoce cuán necesaria es la paz para los pobres que perecen. El Pontífice, como no ve lo individual y particular, sino que le van los trabajos por relación, no penetra bastantemente las calamidades del común que ocasionan las guerras, ni la necesidad de la paz". E o que a surpreende e choca é ver um cardeal, ministro da Igreja, impedir que ela se alcance. Julga, assim, que "es prudencia cristiana y política

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 556.

<sup>(61)</sup> *Ibidem*, p. 570.

<sup><62)</sup> *Ibidem*, p. 572.

<sup>(63)</sup> *Ibidem*.



solicitar las paces despues fácil será conquistar á Portugal". De resto, se o Papa utilizasse "los medios eticases, espirituales y temporales", que tem, "podia castigar o cardeal Mazarino y descomulgar à los príncipes que no se ajusten à paces, que es la espada de la Iglesia"<sup>(64)</sup>. De Abril a Novembro, a correspondência versa o tema de que o povo tanto falava, a paz, compreensivelmente o mais agudo. No momento, face à situação grave em que a Espanha se encontrava com a freirã a insistir no estado deplorável da sociedade e no comportamento não colaborante do Papa, o rei reafirma que de sua parte nada dificultaria, a ponto de ter mandado suspender por dois meses as hostilidades, continuando a facilitar tudo e a ceder "mucho por hacer tan gran bien à todo el orbe Cristiano"<sup>(65)</sup>. Por fim, na carta de 18 de Novembro de 1659, o soberano anuncia a Soror Maria de Jesus a assinatura das capitulações de paz e o ajuste do casamento da filha. Tratava-se, de facto, do Tratado dos Pirinéus e do enlace matrimonial da infanta Maria Teresa com Luís XIV<sup>(66)</sup>. Ao congratular-se com a tão feliz nova da paz, a freirã, em carta de 5 de Dezembro, não esconde o quadro acabrunhante do país a braços com a miséria e "muchos" oprimidos pelo fisco: "pobres veo sin tener que comer, ni que beber y vestir, afligidos, contristados y despachados, que perecen ellos y sus hijos por los tributos que tienen; y los conventos y cappellanias que están fundadas conjuros, los religiosos las desamparan por no tener con sustentarse, y las misas de las capellanías se dejan de decir: lleganme al corazón las almas del Purgatorio". E remata tão lamentável repositório: "En el tiempo de las guerras, para Dios y el mundo estaban justificadas

<sup>m</sup>*Ibidem*, pp. 573-575. O Papa de então era Alexandre VII (1655-1667), cardeal Fabio Chigi, homem culto e núncio na Alemanha na altura do Tratado de Westefália (1648), que se viu confrontado com delicado incidente diplomático: soldados corsos da guarda pontifícia, humilharam o embaixador francês Duque de Créqui, quando se dirigia ao Palácio Farnèse. O jovem Luís XIV tomou o caso como um insulto, expulsou o núncio da sua corte, confiscou a cidade papal de Avinhão e exigiu a dissolução da guarda corsa. A reconciliação entre o Pontífice e o rei de França só foi obtida pelo tratado de Pisa em 1664. Cf. Stéphane Arthur e Michel Bonnet, *Encyclopédie de Papes. Vingt siècles de l'Histoire du Monde*, Paris, Editions Patrick Banon, 1996, p. 278 e Jean-Christian Petitfils, *Louis XIV*, Paris, Le Grand Livre du Mois, 1999, pp. 349-350.

<sup>(65)</sup> Ver: Cartas do Rei: 21.04.59, 10.06.59 e de Soror Maria de Agreda: 29.05.59, 24.07.59, 10.10.59.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 597.

estas cargas. Por amor de Dios, Señor mió, que mande a sus ministros quiten algunas y que los conventos y capellanías queden libres.<sup>(67)</sup>

Nas conversações que conduziram à assinatura do Tratado dos Pirinéus, não teve Portugal assento. A paz firmada apenas tentou regular a beligerância com a França e apagar as fogueiras existentes na Flandres, Itália e Catalunha. Por isso, Filipe IV podia escrever, a 9 de Janeiro de 1660, que a guerra com a Inglaterra permanecia como estava. O que não lhe causava, no entanto, preocupação, pois "Tas cosas de aquel reyno están tan rebueltas entre sí, que mientras duraren sus inquietudes no nos inquietarán". Reconhece, pelo contrário, que "estorbarían harto para la recuperación de Portugal, pero como la causa es tan justa", esperava que Deus a ajudasse<sup>67 (68)</sup>. A partir de agora, esta passava a ter toda a prioridade.

O último dos confrontos armados dera-se a 14 de Janeiro de 1659, nas Linhas de Eivas, permitindo o socorro português à praça desfeitear o ataque espanhol. Monção fora apenas a única perda a lamentar. É dentro deste contexto que se situa o teor da carta de 14 de Setembro de 1660 do monarca filipino para Soror Maria de Ágreda, quando no trono luso se sentava Afonso VI, com o Conde de Castelo Melhor a dirigir os negócios do reino. Dizia-se nela: "Ya empezamos à pensar en las disposiciones para la empresa de Portugal, pues cuanto ántes se empezare será en mejor sazón, pero como esto consta de muchas cosas, temo que ha de tener hartas dificultades, si bien haremos lo posible para vencerlas". E a Deus passa a recomendar o êxito da empresa, para o que pede as orações da freira<sup>(69)</sup>.

Na correspondência trocada nos meses que vão até Abril de 1661, nada mais, da parte do rei, se adianta à preparação da próxima investida contra Portugal que não seja: a reunião de meios que reconhece escassos; a justiça da empresa; a urgência de pô-la em marcha para depois se aplicar à "reformación de costumbres y aumento del culto divino". De permeio, declara que, para recuperar a coroa do reino vizinho, fez o sacrificio de

<sup>(67)</sup> *Ibidem*, p. 603.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 606. Com o desaparecimento de Cromwell e os motins de Londres de 1659, terminou o período da república inglesa, a que se seguiu a restauração da monarquia e o reindado de Carlos II (1660-1685).

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 629.

casar a filha, cuja separação o deixou em grande "soledad"<sup>(70)</sup> 71. Na carta de 11 de Abril, Filipe IV prevê o início da campanha ainda na primavera, pois o filho bastardo, Don Juan de Áustria, se encontrava já na fronteira com os meios de momento disponíveis, "no como combiniera, sino como se puede."<sup>(71)</sup> Na missiva de 17 do mês seguinte, o soberano comunica à religiosa que o general começaria as hostilidades naquele mês, embora ele próprio ache que "será poco por estar el tiempo tan caliente y ser tan caliente aquella tierra" alentejana<sup>(72)</sup>. A operação veio a começar a 14 de Maio e Soror Maria de Agreda, a 8 de Julho, em resposta ao monarca, dá-lhe conta de que as freirás fazem por essa intenção preces três vezes ao dia e dos rumores que escuta sobre o casamento do rei de Inglaterra com a princesa portuguesa, o que lastima pelo dano que à Coroa espanhola poderá resultar "de tan poco prudente determinacion"<sup>(73)</sup>.

Alastravam, com efeito, as notícias das negociações do enlace entre Carlos II e a filha de D. João IV, D. Catarina de Bragança - plano estratégico de certo alcance, em que a diplomacia portuguesa se empenha, como a conjuntura política do Reino recomendava -, a fim de reforçar a aliança luso-britânica e o apoio de um aliado poderoso. A 26 de Julho, na missiva para a religiosa de Ágreda, dá-lhe Filipe IV o feliz anúncio da conquista da praça de Arronches pelo exército de D. João de Áustria que prudentemente, à espera do tempo refrescar, acabara por deixar-se ficar na defensiva. Sobre o outro preocupante assunto, o rei confirma-o: "El casamiento del Rey de Inglaterra se tiene por cierto, aunque yo no lo he de creer hasta verle efectuado, pues fuera una acción indigna de tan gran Rey y grande ingratitud con quien ha hecho por él lo que yo, y aunque él dice que no por esto ha de romper

<sup>(70)</sup>*Ibidem*, carta de 22.01.61, p. 641.

<sup>(71)</sup>D. João de Áustria, de seu nome Juan José de Áustria, era filho bastardo de Filipe IV e da comedianta Calderona, sendo o único dos ilegítimos a quem o pai aceitou dar um apelido régio, o mesmo do meio-irmão de Filipe II, descendente de Carlos V e também gerado de uma atriz. Nascido em 1629 e ligado às actividades militares, interveio sem sucesso na campanha contra Portugal em batalhas e decisões da última fase, na região alentejana. Durante o reinado de Carlos II, ambicioso e astuto, conseguiu conquistar-lhe o seu valimento, na esteira do que politicamente alcançara do pai. Ver a excelente monografia de Ignacio Ruiz Rodríguez, citada na nota 12.

<sup>(72)</sup>*Ibidem*, p. 651.

<sup>(73)</sup>*Ibidem*, pp. 656-657.

connmigo, sino ha de continuar la buena amistad que hasta aquí, con todo eso se tiene por dificultoso que dejemos de venir á rompimiento si el matrimonio se efectúa; pero como la razón está de nuestra parte, espero en Dios nos ha de ayudar [...].<sup>(74)</sup>

Compreende-se que o projectado enlace da infanta D. Catarina de Bragança ocupe, a partir de então, uma importância crescente pelas consequências que se antevia no evoluir da questão portuguesa. Soror Maria de Ágreda considerava-o, em sua estreita mentalidade, pedra de escândalo religioso e social. Na carta de 10 de Agosto de 1661, é precisamente o lado sócio-ético que acentua: "Con ser mujer ignorante juzqué que el casamiento del Señor Rey de Inglaterra con hija del de Portugal era cosa indigna y de mucho descrédito suyo, y procederán sus consejos si no lo impiden; porque casar tan grande Principe con hija de un Rey intruso y sólo aparente disuena mucho"<sup>(75)</sup>.

Para Filipe IV, à medida que as informações recebidas davam o enlace por cada vez mais certo, tomava-se em motivo de mais grave preocupação, pois via como inevitável um rompimento diplomático com a corte inglesa, para além dos imponderáveis daí resultantes. Ao responder à freirã, logo a 24 do mesmo mês, comunica-lhe que, "por ser grandes los calores y padecer mucho la gente", as hostilidades contra Portugal estavam suspensas até o tempo refrescar, e vai dizendo que, se o casamento de D. Catarina estava próximo a efectuar-se, não via como pudesse evitar o rompimento das relações entre os dois reinos. Animava-o, apenas, saber "que el nobio es rebelde á Dios, y la nobia á su Rey [...]"<sup>(76)</sup>. Por isso podia esperar que o Todo Poderoso a eles se mostrasse adverso e a si e seus súbditos os livrasse do perigo que os ameaçava. A religiosa comenta ainda, a 9 de Setembro, que o referido matrimonio, não é motivo suficientemente forte para justificar os cuidados do monarca, nem mesmo a ruptura diplomática, pela falta de recursos materiais capazes de suportar-lhes os efeitos, tanto mais que a justiça está de seu lado e ser uma causa de Deus a "defensa natural e justa" da coroa espanhola contra um rei intruso<sup>(77)</sup>. Na carta do rei de 21 daquele mês, dá-se a conhecer que a ofensiva contra Portugal continuaria parada até

<sup>TM</sup> *Ibidem*, p. 658.

<sup>(75)</sup> *Ibidem*, p. 660.

<sup>(76)</sup> *Ibidem*, p. 661.

<sup>(77)</sup> *Ibidem*, p. 663.

Março de 1662, porque não tardariam as chuvas de outono e os meses de inverno proporcionariam oportunidade para reunir os recursos necessários que, no momento, escasseavam.

Entretanto, o luto visita a família real castelhana, logo saldado pela alegria de um novo herdeiro. De facto, a 1 de Novembro de 1661, morria o príncipe Filipe Próspero, castigo de Deus pelos pecados cometidos, como o monarca assim o via e aceitava. Porém, cinco dias volvidos, nascia o infante D. Carlos, ficando deste modo compensada tamanha perda para a sucessão dinástica<sup>(78)</sup>. Na missiva datada a 25 do dito mês, Soror Maria de Ágreda alarga, em sua visão providencialista, o âmbito dos comentários que as ocorrências lhe proporcionavam. As guerras, fome, doenças e a ameaça à "sucessão de casa tão católica" devem-se, sem dúvida alguma, a seus pecados, mas cessando estes, levantará Deus tais castigos. Ensejo oportuno que aproveita para pedir ao rei que mande expressamente a seus ministros punir os ricos e poderosos que oprimem os pobres, "tomándolos y usurpándoles sus haciendas; que los Ministros inferiores hagan justicia com igualdad y equidad"; "que se moderen algunos tributos de los pobres, [...] que han desamparado algunos lugares y que con pan de cebada y hierbas del campo se sustentan, y se despechan mucho"; que não se tirasse ao estado eclesiástico as suas rendas, porque isso é tocar no sagrado; que não se mexesse nas dotações das capelas para que não se deixassem de celebrar as missas pelas almas do Purgatorio; que as "mudanzas de moneda son doñósissimas, porque como es el tesoro de los hombres que le granjean con el sudor de su rostro, le tienen muy asido y se aíran en tocádoles en el, con que se inmutan ó hay grandes peligros de inmutarse"<sup>(79)</sup>. Advertências que reconhece serem ditadas apenas por imperativo de sua consciência. Nos primeiros meses de 1662, há notícia dos preparativos da guerra contra Portugal, sempre no meio de "hartas dificultades" e do acerto do casamento da infanta D. Catarina de Bragança que implicou como cláusulas a entrega da praça de Tânger e da cidade de Bombaim que a freirã de Ágreda, na carta de 13 de Maio, considera urna "vileza" se bem que, outra coisa se não podia esperar de quem usurpou um reino<sup>(80)</sup>.

<sup>(78)</sup> Referencia à morte do príncipe Filipe Próspero.

<sup>(79)</sup> Cf. Silvela, *ob. cit.*, pp. 670-671.

<sup>(80)</sup> *Ibidem*, p. 680.

A partir de agora irá ocupar a correspondência a fase derradeira da tentativa de recuperação do reino de Portugal em que muito se empenhou Filipe IV nos últimos anos de sua vida. A 10 de Julho de 1662, o rei informa a religiosa da tomada de Juromenha por D. João de Áustria e de outras povoações como Assumar e Monforte, em altura que o calor estival principiava a apertar<sup>(81)</sup> \*. Dois acontecimentos a ter em conta, entretanto, se consumaram: o trono luso é assumido por D. Afonso, mercê do golpe palaciano de 21 de Junho, e o enlace de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra efectiva-se. Para o monarca espanhol, o facto soava-lhe a ingratidão e prenúncio de inquietantes dificuldades. Assim desabafa na missiva. Para si, o procedimento do rei inglês era paga imerecida a quem lhe assistira em suas necessidades, mas que não o surpreendia de todo, pois "quien falta á Dios no es mucho falte á las gentes"<sup>(82)</sup>. Ao que a religiosa, a 28 de Julho, apenas acrescenta que isso dá margem a poder duvidar-se não so de "su nobleza", como "de la secta que professa"<sup>(83)</sup>. Pelos finais de Agosto, em carta datada de 21, Filipe IV escreve que, se a guerra com Portugal está suspensa na região da Extremadura por causa do calor, prossegue a partir da Galiza, com o arcebispo de Santiago de Compostela, D. Pedro de Aceña, a comandar as tropas que se tinham apoderado de Arcos de Valdevez e do Castelo do Lindoso<sup>(84)</sup>. E, se de Inglaterra nada parecia vir de preocupante, outro tanto não se passava com a França cujas relações com a Santa Sé começavam a deteriorar-se. Natural seria que a freiría se alarmasse com esta última nova e lembrasse ao soberano, como o faz a 16 de Setembro, que importava sobretudo não dar à França e à Inglaterra motivo para romperem com a Espanha e, se o fizessem, Deus estaria com quem tivesse menos culpa, adiantando que "siempre en las guerras entre príncipes cristianos es lo más seguro para la consciencia no principiarlas ni motivarlas"; e que se continuasse a evitar os pecados públicos e a proteger os pobres contra as "grandes opresiones y injusticias que les hacen los ricos"<sup>(85)</sup>.

Até Maio de 1663, como a correspondência testemunha, mantiveram-se estáveis as relações entre a França e a Santa Sé, enquanto na fronteira

<sup>m)</sup> *Ibidem*, p. 684.

<sup>m</sup> *Ibidem*.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 685.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 686.

<sup>(85)</sup> *Ibidem*, p. 688.

lusitana a Espanha se preparava para desferir um ataque decisivo, sendo Évora o alvo principal a defender. Contava já Portugal com o Marechal Conde de Schomberg a actuar no Alentejo e mais o apoio inglês de dois mil soldados de infantaria e setecentos de cavalaria<sup>(86)</sup>. Partindo de Badajoz, D. João de Áustria ladeia Estremoz, por encontrar a praça bem defendida, e dirige-se para os campos do Ameixial à espera de tempo propício para o ataque<sup>(87)</sup>. O embate, teve lugar a 8 de Junho de 1663 com severas perdas de ambos os lados. Ultrapassou um milhar de mortos as baixas espanholas e perto de 2500 prisioneiros entre os quais o Conde de Eliche, um dos grandes de Espanha, tendo os portugueses perdido mil soldados e contado cerca de quinhentos militares franceses e meia centena de ingleses, feridos com gravidade. D. João de Áustria, o bastardo de Filipe IV, acolheu-se a Arronches e viu Évora ser socorrida. Após vitorioso cerco, a guarnição espanhola foi obrigada a capitular e, a 24 de Junho, a cidade regressou à posse dos portugueses<sup>(88)</sup>.

Na carta de 26 desse mês, o monarca escreve à freirá, lamentando o humilhante insucesso: "Bien nos ha mortificado Dios nuestro Señor con el mal suceso de Portugal. Yo me hallo conforme su voluntad, pues veo que es justo castigo de mis pecados, péro vos pido le supliqueis aplaque su ira y que nos ayude en el socorro de Eborá y en lo demás hasta la recuperación de aquel Reino"<sup>(89)</sup>. Em resposta, Soror Maria de Ágreda irmana-se com o desgosto e desapontamento de seu rei, mas procura levantar-lhe o ânimo, incutindo-lhe, na longa carta que a propósito lhe envia datada de 13 de Julho, renovada confiança no Altíssimo, que assim se mostra irado pelas faltas morais cometidas: "Confeso, Señor mio, que reconozco á su Divina Majestad ofendido y su justicia irritada por los pecados del mundo, que está lleno de vicios, y el ejercito de Portugal, lo mismo. Mas no hemos de desconfiar de un Dios magnifico y liberal, que sus victorias son remediar al pobre, socorrer al necesitado, levantar al caído, consolar al triste y asistir al atribulado. Si nos corrige es porque nos ama, y para hacernos dignos de tan admirable amor quiere purificarnos con trabajos y penas, quitar de nosotros el pecado y sus afectos; porque no puede Su Majestad amar lo malo [...]". E, dado o

<sup>(86)</sup>Cf. Gabriel do Espirito Santo, *ob. cit.*, pp. 92-93.

<sup>(87)</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>(89)</sup>Cf. Silveira, *ob. cit.*, p. 698.

caminho da pedagogia da ascese cristã mostrar que a Providência ensinará a serem as contrariedades e sofrimentos da vida a pedra de toque do perdão e do reatar da benevolência divina, prossegue: "grande disposición es la de los trabajos para que se haga el alma amiga de Dios y que su Majestad infunda en ella la forma espiritual de la gracia. El padecer es el triaga contra el veneno del pecado, porque el pecado se comete con deleite y gusto, y á el se satisface con padecer con dolor y pena. Señor mio caríssimo, não se conteste V. M. porque se sigue fortuna adversa y trabajosa, pues es medio para tantos bienes con que se labra la corona del descanso eterno; y si no fueran tan preciosos los trabajos, no los adquiriera ni adjudicara para si Cristo nuestro Señor, como herencia suya"<sup>(90)</sup>. Os motivos, para enfrentar corajosamente a desalentadora adversidade, residiam na emenda sincera das fraquezas morais do monarca e no combate aos pecados públicos, sendo em particular visadas as licenciosidades escandalosas da soldadesca. Caminho este que traria de volta a protecção divina à nação eleita e à justa causa em que suas armas estavam empenhadas<sup>(91)</sup> \*. Toca, por fim, o estado presente da guerra, revigorando-lhe a confiança: "Animese V. M. en esta empresa de Portugal, pues tiene V. M. la justicia de su parte, y en la milicia no pueden faltar trabajos, prosperidades y adversidades. Estando David con un suceso como el que nos há sobrevenido en Portugal, dijo á su capitán Joab que los sucesos de la guerra habian de ser varios. Clamemos al Altísimo; enmendemos la vida; quite V. M. pecados de sus vasallos, y del ejército mujeres que afeminan los ánimos de los hombres y los motivan á pecar, con que desobligan á Dios. El profeta Balaan que era mal profeta, dió por consejo, para vencer y arruinar el pueblo de Dios, que llevasen mujeres adoradas, y lo consiguió hasta hacerlas idolatrar."<sup>(92)</sup>.

O conforto trazido a Filipe IV pelas palavras alentadoras da religiosa, fora como um bálsamo para o acabrunhamento e a preocupação que o insucesso da guerra com a nação vizinha cavava nas expectativas de uma vitória decisiva. Assim lhe faz sentir em sua resposta de 23 de Julho, plena de sintonias: "Bien creo todo lo que me decis en vuestra carta, pues reconozco en todas ocasiones vuestra amistad y que me acompañáis en mis disgustos y pesares: este de Portugal me ha sido bien sensible,

*w Ibidem*, p. 700.

<sup>(91)</sup> *Ibidem*.

<sup>(92)</sup> *Ibidem*.



y más viendo enojado justamente á Dios. Harto procuro remediar los pecados del ejército, pues sin esto no espero buenos sucesos. Ayudadme á que lo consiga y á que sepa des enojar á Dios nuestro Señor. En medio de esta congoja me alienta mucho oíros el fruto que se saca de los trabajos; darélos por bien empleados si consigo tanto bien. Haré de mi parte lo posible y de la vuestra os pido que me ayudéis y supliquéis á Dios si duela de nosotros, y nos ayude y asista en la guerra de Portugal y en lo que toda á esta Monarquía.<sup>(93)</sup>

Na correspondência trocada até ao final de 1663, o assunto dominante são os preparativos para o recomeço da ofensiva nas fronteiras portuguesas logo que oportuno. Para o efeito, chama D. João de Áustria a Madrid, como refere a 4 de Setembro, embora confesse que se vê "congojado, pues para hacerla bien hecha" e não suceda "otro contratiempo como lo pasado, son menester grandes médios, los cuales", reconhecia, faltavam-lhe, embora fizesse "lo posible para acudir á un negocio tan grande lo mejor que se pudiere", confiando na ajuda que de Deus esperava<sup>(94)</sup>.

No plano internacional, porém, observa apreensivo o agravamento do contencioso entre a França e a Santa Sé e a ameaça das provocações do turco otomano no Mediterrâneo e na região balcânica austro-húngara, pondo em perigo a segurança da cristandade<sup>(95)</sup>. A carta do monarca, datada de 27 de Novembro, é sintomática a tal respeito: "Para las prevenciones de la conquista de Portugal se hace todo lo posible, aunque con harto trabajo, causándome harto desvelo y no menos el estado de las cosas de Italia, donde envía algunas tropas el Rey Cristianísimo con

<sup>TM</sup> *Ibidem*, p. 701.

<sup>m)</sup> *Ibidem*, p. 703.

<sup>(95)</sup> Entre 1656 e 1710 a Turquia teve a governá-la uma dinastia de grandes viziris, os Koprülü, que chegaram a conquistar a ilha de Creta (1668), enfrentando com sucesso a contra-ofensiva austríaca apoiada nas zonas militares fronteiriças que os Habsburgos, no século XVI, tinham erguido, como tampão defensivo, desde o Adriático à Transilvânia. O vizir Ahmed Koprülü desencadeou, a partir de 1661, um ataque na extensão do Danúbio, sustido pelo exército imperial austríaco que, sob o comando de Montecuccoli, infligiu ao otomano, a 1 de Agosto de 1664, a derrota de Saint-Gotthard. O poderio bélico turco era, porém, suficientemente ameaçador para levar o imperador austríaco a assinar uma "paz branca", conhecida pelo Tratado de Weissenburg, em Agosto de 1664. Cf. Michel Mounrre, *Dictionnaire Encyclopédique d'Histoire*, nouvelle édition, S-Z, Paris, Bordas, 1996, pp. 5609-5610.

el motivo de las diferencias con que está con el Pontifice; siendo esto tan ajeno á un hijo de la Iglesia, y más en ocasión que el Turco, enemigo común de elle, con numeroso ejército aflige al Imperio haciendo progresos en los dominios del Emperador, con grande daño de la Cristiandad, amenazando mayor ruina; cuyo reparo pedia en la obligación de aquel Rey, acomodarse con su Santidad y unirse con los Principes Cristianos para la defensa y oposición de los intentos del"<sup>(96)</sup>. Ao responder-lhe, a 15 de Dezembro, depois de solidarizar-se com as preocupações do soberano em reunir os meios necessários para a conquista de Portugal e de prometer as suas orações para causa tão "justa" que Deus patrocinaria, porquanto o rei se tem mostrado decidido a evitar as ofensas que lhe são feitas, Soror Maria de Ágreda lamenta, amargurada, o conflito entre a monarquia francesa e o Papa e o ataque do Turco muçulmano, comentando: "Y fuera cristiana y prudente cosa unirse los Príncipes cristianos y emplear todas sus fuerzas contra este cruel enemigo de Dios y de la fe, destruíndole. Muchos años hace que dije á V. M. esto en un cuardenillo que envié, temiendo estos intentos del turco. Por causas tan graves trabajo, lloro y clamo desde el rincón de nuestra tribuna, pidiendo al Altísimo nos patrocine y defienda"<sup>(97)</sup>.

Entrou o ano de 1664 sem melhores perspectivas para a guerra com Portugal dada a notoria escassês de "remédios", o arrastamento das deletérias divergências entre a França e o Papado, a luta da Áustria com o império otomano, que a freirã considera preparada por Lúcifer e, ao tempo, era "el más cruel enemigo de la santa Iglesia"<sup>(98)</sup>. Na carta de 18 de Março, Filipe IV reconhece que dificilmente poderá manter uma "moderada defensiva" pela falta de infantaria, "y los embarazos que se han interpuesto para venir de Itália y de otras partes la que se esperaba". Mesmo assim confessa que faz quanto pode para socorrer o Imperador na resistencia ao Turco<sup>(99)</sup>.

<sup>(96)</sup> *Ibidem*, p. 707. O P. Antonio Vieira pensava de idêntica forma como se constata na carta a D. Rodrigo de Meneses, escrita de Coimbra em 20 de Outubro de 1664, onde se lê: "Enquanto nós nos matamos, marcha o Turco contra a cristandade, e fora melhor, que este sangue se derramasse pelejando contra inimigos da fé, e em defesa dela e da sua Igreja. Mas *quomodo implebuntur scripturae?*". Cf. *Cartas do Padre António Vieira*, anotadas por J. Lúcio d'Azevedo, II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 94.

<sup>(97)</sup> *Ibidem*, p. 709.

<sup>m</sup> *Ibidem*, carta do rei de 9.01.1664 e da religiosa, de 25.01.64, pp. 710 e 712.

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 713.

Reaparecem, entretanto, referências às moléstias de que ambos se queixavam. A freirã lamenta a pouca saúde que a persegue e o rei uma dor nos rins que o levou à cama e a expelir uma pequena pedra, como informa na carta de 28 de Maio, deixando também vir à tona as suas prementes preocupações perante os avanços otomanos e os receios de uma ofensiva portuguesa. Ao que Soror Maria de Ágreda responde e insiste que, para o bom sucesso desta campanha, os que são "cabezas y gobernadores de el ejército quitasen pecados, porque teniéndolos se impiden para recibir las influencias de la luz que Dios envia para el acierto, porque el pecado ciega los entendimientos, los llena de tinieblas"<sup>(100)</sup>.

A campanha defensiva, estrategicamente planeada pelas tropas portuguesas com o epicentro no Alto Alentejo, tinha por suporte político o Conde de Castelo Melhor, o escrivão da puridade de Afonso VI, que assumia toda a responsabilidade governativa em nome do monarca, física e mentalmente assaz diminuído. No plano militar, o exército em campanha reorganizara-se, continuando a incorporar expedicionários estrangeiros e actuando naquela região sob a orientação do Marquês de Marialva, governador de armas, e do Conde de Schomberg, comandante em campo das operações. Animados pelo sucesso da batalha do Ameixial, no verão de 1664, tomam mesmo a ofensiva e avançam para o assédio a Valença de Alcântara em território espanhol. Era, além de novo teste, uma resposta à incursão efectuada na província da Beira pelo governador militar de Ciudad Rodrigo, o Duque de Ossuna, a que Pedro Jacques de Magalhães procurara responder. E fê-lo incendiando o *pueblo* de Sobradillo numa retaliação à destruição de searas já maduras que, em Junho desse ano, o adversário consumara. A 7 de Julho, travou-se um embate frente à praça fortificada de Castelo Rodrigo, entre as forças de Ossuna e as de Jacques de Magalhães, que acabou por desfeiteá-las, ficando prisioneiro o filho ilegítimo do Duque e quatro mestres de campo, com mais de um milhar de mortos<sup>(101)</sup>.

A par dos insucessos que iam chegando ao palácio madrileno do Buen Retiro, onde o monarca sofria de graves achaques que lhe ameaçavam perigosamente a saúde, Filipe IV escreve, a 8 de Julho de 1664, a Soror Maria de Ágreda: "Los portugueses pusieron sitio á Valença

<sup><100)</sup> *Ibidem*, p. 716.

<sup>(101)</sup> Cf. Gabriel do Espírito Santo, *ob. cit.*, pp. 121-123.

de Alcantara, cuja flaqueza de fortificación permitió poca defensa y consiguieron la plaza; y su socorro tampoco se pudo intentar por que, aunque nos hallamos con grueso de cavalleria, era muy curto el número de infantería; deviéndose atribuir estos sucesos á lo ofendido que tenemos á nuestro Señor, aunque procuro y pongo todo cuidado en que por los más eficazes médios se corrijan y eviten culpas.<sup>(102)</sup> Na carta de 25 de Julho, a religiosa mostra-se muito preocupada com a doença e vida do rei e profundamente amargurada com a perda de Valença de Alcântara<sup>102 (103)</sup>. Em correspondência de 17 de Setembro, o soberano, ao anunciar à freirã uma importante vitória que o imperador obteve sobre os turcos, confessa que a guerra com Portugal lhe causa as maiores preocupações. O motivo reside na falta de meios, o que não permite a actuação desejada<sup>(104)</sup>. Em fins de Novembro, a 25, Filipe IV, se comunica à religiosa a assinatura da paz do Imperador com o Turco otomano, firmada por 20 anos que, em sua opinião, será benéfica para a Cristandade, informa que na "guerra de Portugal se hace todo lo posible aplicando los mayores esfuerzos, aunque de estado que tiene las cosas y los médios" mas receia muito que "no há de ser fácil poderse hacer todo lo que fuera menester"<sup>(105)</sup>. Por outro lado, a enfermidade que, neste entretanto, assaltou a religiosa, só lhe permitiu, a 2 de Janeiro de 1665, reatar a correspondência com o rei, que também recuperou da enfermidade que o afligia. Sem nada de relevante a comentar, limita-se a dar graças a Deus, "por las paces del señor Emperador con el Turco", e a pedir que Ele em sua misericórdia peleje "por nosotros en Portugal"<sup>(106)</sup>. Sobre tão magno assunto, é de 29 de Janeiro a carta em que o mesmo tem ainda lugar. Ao agradecer à monja "los buenos y saludables consejos" que lhe dá e tanto estima, o monarca reconhece que são mais fáceis de cumprir as suas obrigações de cristão que as de rei. A dificuldade, para si, reside em não encontrar pessoas desinteressadas e dispostas a servir a causa pública com independência. Por isso, pede-lhe que suplique a Deus a sua ajuda e, em particular, a fim de que "se faciliten las disposiciones para la guerra de Portugal, aunque se encuentren hartas dificultades por la falta de

<sup>(102)</sup>Cf. Silvela, *ob. cit.*, p. 719.

<sup>(103)</sup>*Ibidem*, p. 721.

*Ibidem*, p. 722.

<sup>(105)</sup>*Ibidem*, p. 725.

<sup>(106)</sup>*Ibidem*, p. 727.

médios" em que se acha<sup>(107)</sup>. Apenas, no epistolário trocado entre os dois, há três missivas mais, sendo a última, com data de 3 de Março de 1665, de Filipe IV e a de Soror Maria de Jesus de Ágreda, de 27 do mesmo mês<sup>(108)</sup>. A morte os surpreenderá pouco depois. Primeiro, a religiosa, a 24 de Maio deste ano; o monarca desaparecerá em Setembro, cansado e desiludido. A amargurá-lo, levaria atravessada a derrota de Montes Claros, a 17 de Junho, que custou à Espanha 4000 mortes e 6000 feridos e prisioneiros<sup>(109)</sup>. Fora, mercê da heroica resistência de Vila Viçosa, uma vitória decisiva para a consolidação da independência de Portugal restaurado<sup>(110)</sup>. Menos de três anos decorridos, em Fevereiro de 1668, seria assinado o tratado de paz entre os dois reinos. Apesar das angustiadas e intensas preces da religiosa de Ágreda, em cujo valimento Filipe IV tanto confiava, a Providência divina elegera, como mais justa parte, a causa portuguesa. Para os anais dessas décadas de incertezas e dificuldades, experimentadas pelos dois países ibéricos, de há séculos com destinos autónomos e um lugar inconfundível na história, fica este epistolário que acompanhou a luta de Portugal pela consolidação da sua independência, mais aturadamente na fase última desse percurso de confrontos bélicos - chega de algum interesse, ao menos, pela mentalidade barroca, impregnada da unção mística que o domina.

w) *ibidem*, p. 728.

<sup>(108)</sup> *Ibidem*.

<sup>(109)</sup> Cf. Gabriel do Espírito Santo, *ob. cit.*, p. 130. Veja-se, na correspondência do P. António Vieira (*Cartas*, anotadas por J. Lúcio de Azevedo, II, pp. 3-264) muitas e interessantes notícias e comentários às vicissitudes da última fase da vitoriosa campanha do Alentejo, culminada na Batalha de Montes Claros. A partir de então, a Espanha passou a ser mais sensível à paz, atendendo a que os portugueses tinham poderosos trunfos para pressioná-la, como a morte de Filipe IV, a menoridade do herdeiro Carlos II e os três filhos dos últimos validos - D. Luís Haro, Conde Castillo e Duque de Medina de las Torres - prisioneiros.

<sup>(110)</sup> A vitória encheu o país de justificada alegria. Veja-se, por exemplo, a notícia inserida no *Mercúrio Portuguez*, de Junho de 1665 [Cf. *Notícias Históricas de Lisboa na Época da Restauração*, Lisboa, Câmara Municipal, 1971, pp. 44-45], e a análise contextualizada que fizemos, in João Francisco Marques, *A Problemática da Restauração. Um Sermão no Porto Comemorativo da Batalha de Montes Claros*, separata da *Revista de História*, vol. II, Faculdade de Letras do Centro de História da Universidade do Porto, 1979, 31 pp..